

SESSÕES DO PLENÁRIO

30ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 11 de abril de 2013.

PRESIDENTE: DEP. ADOLFO MENEZES *AD HOC*

À hora regimental, verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Augusto Castro, Bruno Reis, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Cel. Gilberto Santana, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Gaban, Graça Pimenta, Ivana Bastos, J. Carlos, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Jr., Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Maria del Carmen, Maria Luiza Laudano, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Paulo Azi, Pedro Tavares, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Sandro Régis, Zé Neto e Zé Raimundo. (36)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão ordinária com a presença de 27 deputados.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Do Dep. Paulo Rangel, comunicando sua ausência das sessões nos dias 02, 03 e 04/04/2013, em virtude de necessidade médica, conforme atestado em anexo.

Do Dep. Carlos Ubaldino, comunicando sua ausência das sessões nos dias 09, 10 e 11/04/2013, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o deputado Carlos Geilson pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente desta sessão, caro deputado

Adolfo Menezes, caríssimos deputados presentes, estamos aqui cumprindo com o nosso mister, independente de o plenário estar cheio ou vazio, pois, afinal de contas, fomos eleitos pelo povo da Bahia para cumprirmos o nosso papel de legislar.

Eu observo que há posicionamentos incoerentes, mas precisam de uma análise mais aprofundada. Senão, vejamos o comportamento do presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, Marcos Feliciano. Vejam que, de uma hora para outra, ele foi transformado no político mais comentado deste País. Ele virou uma celebridade e um *pop star* a despeito de ter uma enorme gama da sociedade protestando e criticando. Mas ele tem angariado, cada vez mais, a simpatia dos radicais de direita, mais precisamente os radicais ortodoxos de direita. Estou querendo reforçar ainda mais este posicionamento *xiita* do presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal.

As pessoas não estão se apercebendo, meu caro deputado José Raimundo, que Marco Feliciano está curtindo com esta onda. Ele, agora, não está mais debatendo com os políticos e sim com os artistas. Ganhou notoriedade. E as pessoas não estão percebendo no que estão transformando este cidadão com posições incoerentes e questionáveis.

Ele está em um cargo que – quem tem posições claras como ele e tem o direito de tê-las – não pode estar exercendo esta função. Porque é, justamente, a função de defender os interesses de uma sociedade, independentemente de ser maioria ou minoria. Já que ele tem posicionamentos que vão de encontro aos interesses da minoria, por si só, já lhe deixa numa situação insustentável neste cargo.

E enquanto acontece toda esta rebeldia, ele está surfando nessa onda de popularidade. Não tem um jornal, um *site* ou um *blog* que você abra e não tenha notícia sobre Marco Feliciano: amado por uns e odiado por outros. Mesmo assim, ele está curtindo. Já se fala, pasmem!, em ser candidato à Presidência da República.

Mas tudo isso é fruto da mídia e fruto de movimentos que não se aperceberam de estar transformando este político num *pop star*. Hoje, ele é chamado para pregar em igrejas pelo Brasil afora. Aonde ele vai, há um movimento que é contra e outro que o defende. Hoje, ele virou o equilíbrio de quem é contra determinadas posições ou de quem é a favor.

E ele está, simplesmente, tirando proveito sem que as pessoas percebam ou analisem, com muito cuidado, o fato de transformar um político de posições radicais e condenáveis, por uma parte da sociedade, em uma verdadeira celebridade.

Não mais satisfeitos com os debates na classe política, ele resolveu criticar os artistas. Ele está se posicionando agora contra o nosso querido baiano Caetano Veloso, dizendo que o sucesso dele se deu a outras questões. A mídia continua dando ganho de popularidade ao Marcos Feliciano.

Posiciono-me da seguinte maneira, minha cara deputada Luiza Maia: quanto mais se fazem os movimentos organizados contra esse cidadão, ele permanece no cargo, porque a permanência dele no cargo, a despeito de todo o movimento contrário, lhe dá mais popularidade, mais notoriedade. Ele está surfando nessa onda extremamente popular, sendo divulgado e, de uma hora para outra, tornou-se, depois

da presidente Dilma Rousseff, o político mais falado e comentado deste País, um político que era apenas conhecido em algumas igrejas evangélicas de São Paulo.

Acho que faltou um pouco de habilidade dos movimentos. Seria necessário que, com calma, se aguardasse o posicionamento dele, caso fosse de encontro aos interesses da minoria, aí, sim, far-se-ia um movimento para a sua saída do cargo.

Houve uma precipitação, e ele acabou se transformado nesse político tão popular hoje. Infelizmente, para nós, que pensamos de forma mais eclética, defendemos os interesses, sejam quais forem e a qual grupo pertençam, para que as pessoas sejam respeitadas pelas suas opções.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o deputado Adolfo Menezes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, deputado Carlos Geilson, essa é mais uma piada de nosso País, de tantas coisas erradas.

Deputado Aderbal Fulco Caldas, deputada Luiza Maia, quem me vê fazendo alguns pronunciamentos duros, pode até imaginar que sou favorável à violência, que sou terrorista. Não sou. É que não jogo para a plateia.

Graças a Deus, nasci com o coração enorme, gostaria de viver num País como outros que existem no mundo, sem tantos problemas sociais, sem essa violência que nos anestesia, que anestesia essa população bondosa brasileira todos os dias.

Mas não posso, deputada Maria Luiza Laudano, tenho certeza de que concordam a senhora e muitos que me ouvem através da *TV Assembleia*, neste momento, assistir nas redes de televisão, como acontece todos os dias praticamente, um garoto de 20, 22 anos, chegar em casa, por causa de um celular, o qual se vê ele entregando, desculpem-me o termo, não deveria ser usado nesta Casa, a um marginal, vagabundo, que simplesmente lhe dá um tiro na cabeça, tirando uma vida na flor da idade. O que sente uma mãe?

Há pouco, eu ouvia na *Band News* a mãe dilacerada, dando entrevista. Só quem passou por isso é que sabe. Porque não dá para saber, mensurar qual a dor da mãe que perde um filho. Contraria a natureza, porque o normal é um filho perder a mãe depois de uma certa idade, e não a mãe enterrar um filho, como a minha mãe enterrou meu irmão Herculano na flor da idade, aos 37 anos.

Falo isso não só porque já provei desse remédio amargo. Pasmem, Sr^{as} e Srs. Deputados, não consigo entender como é que o Congresso Nacional, os homens que colocamos lá, que ajudamos a elegê-los, deputado Zé Raimundo, não se movimentam. Sabemos que há muitos problemas no País. Não é possível que assistamos todos os dias a marginais, vagabundos ficarem impunes, como esse que completará 18 anos amanhã, deputado Carlos Geilson. V.Ex^a, que é da imprensa, deve ter ouvido isso.

Irá para uma Febem – sei lá, já mudou o nome -, que é uma escola de mais bandidos. Digo a V.Ex^as sem problema nenhum de ser patrulhado: se dependesse de

mim, não haveria direitos humanos para um marginal desse porte, deputado Pedro Tavares. Se dependesse de mim, seria uma bala na testa para não dar despesa nenhuma ao Estado. Isso nos Estados Unidos... Não sou violento, não, deputado Carlos Geilson! Um cara desse não tem recuperação mais e vai custar 3 mil por mês ao estado brasileiro, que não tem condições de dar saúde e educação para todos.. Um cara que atira e tira uma vida simplesmente! A vítima entrega o celular, ele atira na cabeça!

Onde estão esses deputados federais? Será que é porque não aconteceu nada com eles? Aconteceu com o outro, não me incomoda! Será? Não estou desejando mal a ninguém, mas será que precisa acontecer, o que é mais difícil pela segurança, com um filho ou uma filha da presidente da República, de um ministro, de um presidente do Congresso Nacional, para que deputados federais e senadores se movimentem? Estamos vendo que não há condição dos bandidos de 16 e 17 anos continuarem a ser usados por quadrilhas.

O SR PRESIDENTE(Aderbal Fulco Caldas):- Para concluir, deputado.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Com a tolerância de V.Ex^a, Sr. Presidente, concluirei.

Todos os dias, o Brasil assiste anestesiado a crimes e mais crimes, deputada Maria Luiza, e agimos como se nada estivesse acontecendo, como se estivéssemos acostumados com a barbárie. Neste País se mata mais gente do que na guerra do Iraque. E morre mais gente por acidente automobilístico e moto do que em qualquer guerra. Ninguém faz nada! Está tudo às mil maravilhas. É carnaval, agora vem São João, todo mundo alegre! Claro, fora os parentes daqueles que pagam com suas vidas dentro de casa. Ninguém faz nada! Sei que só estou desabafando. Aqui na Assembleia todo mundo ouve, mas fica por isso mesmo. Não nos movimentamos, não nos unimos - pelo menos - para pressionar o Congresso Nacional. Tenho certeza de que, se todas as assembleias se mobilizassem, Brasília faria alguma coisa. Mas não, só faz o que interessa.

Quando é para mudar a reeleição, muda. Vou concluir, Sr Presidente. Quando é para esticar o mandato, aprova. Se a presidente Dilma quisesse, mudaria. Talvez tenha medo de perder voto, deputado Carlos Geilson. Só pode! Com os últimos presidentes sempre foi assim. No nosso sistema, no presidencialista, todos ficam com a cuia na mão dependendo do estado brasileiro, da presidente da República, da emenda ser liberada, de ser nomeado ministro, do partido ter mais cargos; e o povo que se dane!

Concluirei, nobre deputado Aderbal, presidente desta sessão. Como, hoje, a sessão está tranquila, peço a sua tolerância. Então, deputada Maria Luiza, ninguém está ligando para nada! É só jogando para a plateia, deputado Carlos Geilson! As questões que precisam ser resolvidas não se resolvem.

Há poucos dias, na Índia, existia uma tradição de as mulheres serem estupradas e isso era comum na sociedade. Como houve uma repercussão no último caso, o que é que ocorreu? Em menos de dois meses, o Parlamento mudou. Hoje é pena de morte, na Índia, se for reincidente.

Digo sempre: adaptando as nossas características populacionais, vou concluir, nobre Presidente, financeiras, educacionais, deveríamos imitar o que deu certo nos países civilizados. Nos Estados Unidos - cito sempre aqui, há defeitos, mas as coisas funcionam, e aqui, também, poderia funcionar -, um caso de um marginal desse, deputado Aderbal, que tira uma vida barbaramente, friamente, em alguns Estados, câmara de gás, pena de morte; em outros, prisão perpétua. Nós, que temos filhos, que temos irmãos, ficamos com medo, deputado Aderbal.

Moro no Horto, deputado Carlos Geilson, e tem um restaurante japonês a 30 metros da minha residência, deputada Maria Luiza. Meu filho de 17 anos vai jantar lá e eu tenho de levá-lo de carro pois tenho medo, e ninguém faz nada.

A Sr^a Maria Luiza:- O que deve fazer?

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Movimenta-se. Por que nos outros países dá certo? Na Índia, agora, houve um movimento da sociedade e de alguns políticos, e mudaram as leis. Direitos humanos para um vagabundo que tira uma vida, deputada Luiza Maia, e ficará solto amanhã para cometer novos assassinatos? Direitos humanos? É inimputável um adolescente de 17 anos? Ele não sabe o que está fazendo? Sabem mais do que quem tem 50, 80 anos, a malandragem está grande. Não resolve? Resolve. Não são só leis duras, sabemos que o problema é complexo, mas ser pobre não significa ser marginal.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Para concluir, deputado.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Vou concluir. Na Índia, que tem tradição cultural, por exemplo, andei na cidade de Varanasi, cidade sagrada, cheia de leprosos e pobres, e ninguém é capaz de tirar sua carteira do bolso. A maioria da população brasileira é pobre, o que não significa que será marginal.

Se soubessem que haveria pena de morte ou que não sairiam nunca da cadeia, a pessoa pensaria duas vezes antes de fazer. Digo isso porque a maioria tem consciência.

Quando não tínhamos a lei seca, eu tomava um vinho, uma dose de uísque. Hoje, vou ao restaurante e não posso tomar um vinho pois tenho receio de ser pego numa blitz, o bafômetro acusar, e ter de pagar dois mil reais e ter a carteira apreendida.

Só a educação não resolve, isso já foi comprovados em outros países.

(A Sra. Luiza Maia fala fora do microfone)

O Sr. ADOLFO MENEZES:- O debate está bom, Sr. Presidente. Sei da militância de V.Ex^a, deputada Luiza Maia, mas vamos esperar o Brasil, que tem 200 milhões de habitantes, a maior parte na linha de pobreza, a maior parte convivendo com essa seca, com o bolsa-família ou com aquelas aposentadorias, iniciada pelo presidente Fernando Henrique, dada pelo presidente Lula. A maior parte da população brasileira não tem condições econômicas, então vamos esperar ela adquirir um certo nível salarial...

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Para concluir, nobre deputado. O tempo de V.Ex^a está muito esgotado.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Vou concluir, presidente Aderbal. A violência

vai continuar, vamos continuar trancados, cada um em seu gueto. Para sair no meu prédio, saí e tranco o portão, fico preso numa gaiola; depois abro outro portão e saí. Essa é a situação. Onde vamos parar?

A Sr^a Luiza Maia:- Faça uma lei.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Não sou violento, mas se dependesse de mim, deputada, a senhora veria como funcionaria, um desses não sairia nunca da cadeia. Por mim, não iria nem para a cadeia pois falta tanto para a saúde, educação, um preso custa três mil reais.

É tanta coisa errada no Brasil. Há 15 dias, um júri para Fernandinho Beira-Mar no Rio de Janeiro, um júri! Não consigo entender. Ele já tem 200 anos de prisão; no sistema penal brasileiro, ninguém pode passar mais de 30 anos na cadeia. Ele está preso no Paraná, é avião a jato numa operação com não sei quantos agentes da Polícia Federal e do Exército para trazer ele para um júri de outro crime, mas ele já tem 200 anos! Eu não entendo! Para que fazer outro Júri, se o cara já tem 200 anos? O Código Penal – datado de 60 anos atrás – só permite que o cidadão fique preso por 30 anos. Isso se ficar! Para que fazer outro Júri? Para gastar R\$ 300.000,00 numa operação como essa?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra a nobre deputada Maria Luiza Laudano, nobre representante de Pojuca, cidade da Região Metropolitana de Salvador, pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a MARIA LUIZA LAUDANO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa, minhas taquígrafas queridas, funcionários da Casa, ouvintes da *TV Assembleia*, o deputado Adolfo Menezes falou, aqui, por um longo tempo, sobre segurança. Todos nós nos preocupamos com isso, deputado. Todos nós! Os bandidos, os assaltantes estão soltos e ficamos presos. Entramos em casa e ficamos sobressaltados esperando os nossos filhos. Eles não podem sair sozinhos, porque ficamos preocupados em casa. Ficamos, realmente, a pensar o que vamos fazer para tranquilizar um pouco os pais e para melhorar a segurança de vida das pessoas que saem para ir o colégio ou à faculdade e não sabemos que destino terão.

Igual a segurança, deputada Maria del Carmen, não está a nossa saúde. Como abril é um mês muito mais dedicado à saúde, porque sabemos que saúde é todo dia, toda hora e todo o momento... Não podemos negar que todos nós, que o governo do Estado, que o nosso secretário Jorge Solla tem se empenhado demais para que possamos abrir leitos para a nossa comunidade, principalmente para aqueles que vêm do interior para a Capital.

A gente se preocupa, porque, às vezes, para marcar um exame é uma demora tremenda. O fluxo de pessoas doentes é enorme. Doentes por quê? Porque, muitas vezes, falta a condição financeira para fazer a prevenção. Se a prevenção é feita, evita, realmente, a alta complexidade das doenças que comumente acometem as pessoas, a exemplo do câncer e da tuberculose. Ficamos, realmente, preocupados,

mas o governo tem feito o máximo para ampliar a número de leitos.

Aí vem o problema da regulação. Ora, muitos acham – eu também, em parte –, deputado Carlos Geilson, que essa regulação mata a gente, porque não é possível que os hospitais, deputado Aderbal Fulco Caldas, V. Ex^a que é também da nossa região, tenham um convênio com o SUS, quando de paga R\$ 6,00 por uma consulta médica, para que se tenha dentro do hospital várias especialidades para atender os doentes que chegam. Vejam bem, se eu interno um paciente no hospital que precisa de um pneumologista e de um angiologista, eu tenho a obrigação...

O Sr. Aderbal Fulco Caldas:- No Sul do País o pagamento aos médicos é bem maior, deputada Maria Luiza Laudano, para fazer o mesmo atendimento.

A Sr^a MARIA LUIZA LAUDANO:- Claro! Para fazer o mesmo diagnóstico!

Não temos condição de atender, porque o paciente necessita de um médico especializado. Como o hospital vai segurar a maioria dos médicos com o SUS pagando um valor irrisório por consulta? Como vamos colocar médicos nos hospitais? O que acontece, o paciente fica internado, deputada Maria Del Carmem, naquele hospital, aguardando que apareça uma vaga em um hospital aqui em Salvador para ser transferido de lá para cá, através da regulação. Por que? Porque os leitos estão tomados em todos os hospitais e realmente não há como trazer esse paciente de lá, porque pelo menos ele está assistido por um clínico que está lhe dando uma condição. A faculdade forma médicos, não forma especialistas, e o clínico está ali olhando ele, medicando, embora não na especialidade que ele precisa, até que a regulação tenha leitos nos hospitais que possa atender o paciente.

Com a sua tolerância, Sr. Presidente, V.Ex^a que quase usou o tempo do Grande Expediente, gostaria de ter um tempo um pouco maior para que a gente pudesse dar uma assistência maior e analisarmos como vamos buscar a solução. O que vamos fazer para que a gente não tenha mais esse paciente sofrendo lá dentro daqueles hospitais? O que está sendo feito para que a gente reúna o SUS, para que nossos deputados federais, nossos ministros, e possamos dar condição a esses hospitais, principalmente os hospitais filantrópicos, para que tenham uma condição maior e possamos absorver esses médicos, esses leitos, para diminuir...

O hospital de Pojuca tem 72 leitos. Tem o hospital municipal que funciona mal, que realmente foi preparado pela ex-prefeita, mas a prefeita que entrou ainda não colocou todos os médicos para que ele funcione normalmente, atendendo só urgência e emergência. Temos esses leitos há 70 quilômetros de Salvador. Do que depende? A gente atende mais obstetrícia, que requer um obstetra na casa, um neonatologista, um anestesista de plantão, por dia, vejam o custo disso, dos médicos que vão de Salvador para Pojuca. Entra uma paciente para parto normal, momentos depois vira uma cesariana, e é preciso de toda essa equipe para atender, porque são duas vidas. Se colocar para funcionar sem um anestesista de plantão na casa poderá precisar de uma cesária, ter que encaminhar para o hospital de Camaçari e perder a vida do paciente e do recém nascido.

Precisamos contar com o apoio dos ministros, dos deputados federais, dos deputados estaduais, para que possamos buscar a solução para ajudar o governador, o

secretário de saúde que tem feito de tudo. Um homem competente, que tem que se deslocar...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputada.

A Sr^a MARIA LUIZA LAUDANO:- Para concluir, presidente, com a sua tolerância.

Temos que ter condição, porque o secretário de Saúde sai da Secretaria da Saúde e vai até os hospitais. Tenho visto ele ajudando nos hospitais, nos corredores, para fazer. Agora, saúde, meu amigo, é realmente cara e difícil.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela sua tolerância.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Zé Raimundo pelo tempo que achar conveniente.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Nobre presidente, colegas deputados, deputadas, imprensa, gabinetes, amanhã, em Vitória da Conquista, haverá a reunião do gabinete de gestão das medias para a convivência com a seca no semiárido baiano, do governo Wagner. Essa reunião contará com a presença do Dr. Rui Costa, de todos os seus secretários das áreas afins, dos órgãos que cuidam do abastecimento de água na Bahia, a embasa, a CERB, a CAR, todos esses técnicos e assessores estarão em Vitória da Conquista, debatendo, discutindo, os encaminhamentos e as medidas urgentes, desde o carro pipa a abertura de poços artesianos, a instalação de sistemas simplificados de abastecimento de água, até o acompanhamento e a prestação de contas de medidas mais estruturantes do governador Jaques Wagner, como por exemplo, a Barragem do Rio Catolé, a Barragem do Rio Pardo, medidas importantes que estão sendo tomadas para trazer água da Adutora do Algodão até o Rio de Antônio, Guajeru, Malhada de Pedra, ações da Embasa. Enfim, vai ser uma oportunidade rara para debatermos e avaliarmos as medidas do governo. Portanto, amanhã estaremos no sudoeste da Bahia, todos os prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e lideranças comunitárias para continuarmos esse trabalho.

Trago também, Sr. Presidente, uma solicitação que já encaminhei, através de indicação, ao governador Jaques Wagner, ao secretário Dr. Otto Alencar, que, no contexto da infraestrutura rodoviária do sudoeste da Bahia, sejam incluídas algumas ações para importantes comunidades de Vitória da Conquista, como é o Distrito de Iguá, que tem uma feição de BA, o distrito é cortado por uma estrada de chão, de cascalho, e estamos reivindicando melhoria para essa estrada, que vai até Belo Campo.

Da mesma forma a estrada de Zé Gonçalves que liga Caetanos com características de BA, aos povoados de Itaipu, próximo a Zé Gonçalves, e também o povoado de São Sebastião, que são ligações com a BR-116. Povoados grandes com unidade de saúde, com unidade de educação, com atividades econômicas importantes e que estão precisando dessa infraestrutura. Como são povoados e distritos próximos às BAs estamos solicitando que se inclua no planejamento do Derba essas ações do governo do Estado.

Finalmente, Sr. Presidente, trago também aqui a nossa solidariedade, minha e do deputado federal Waldenor Pereira, com relação a esse grande movimento que é o “Abril Vermelho”. Todos lembram daquele fato que, de certa maneira, projetou negativamente o Brasil. No dia 17 de abril de 1996, quando 19 trabalhadores rurais foram assassinados na região do Pará e que se transformou esse evento numa data que anualmente o MST e os movimentos rurais comemoram no sentido da lembrança, no sentido de preservar essa memória. Não é bem uma comemoração, eu diria que é um relembrar e sobretudo essa data serve para mobilizar os trabalhadores rurais, o Movimento dos Sem-Terra, o MST, para uma pauta atual. Ao mesmo tempo que se faz referência, que se cobra da justiça, a condenação de todos os crimes vinculados à luta pela terra e lamentavelmente mesmo num Estado democrático como a Bahia, mesmo num Estado democrático brasileiro os assassinatos continuam em relação à questão da terra.

No dia 2 de abril, em Iguai, foi assassinado um jovem, Fábio Santos, um educador rural, por uma questão de terra. E é inadmissível que a essa altura, no século XXI, ainda se mate por 1 alqueire, uma hectare, famílias que precisam ter acesso à sobrevivência e à reforma agrária nesse País, infelizmente são ainda objetos de tantas tensões e conflitos sociais.

Por isso nesta data, mais uma vez estaremos apoiando esse movimento, apelando para o governo do Estado para que acelere também medidas como a regularização fundiária das famílias de agricultores. A agricultura familiar no sertão da Bahia, a região do semiárido precisa ser cada vez mais apoiada, e o CDA está aí com quase 20 mil títulos para serem expedidos e infelizmente ainda morosamente.

Então é um apelo que fazemos também ao governador do Estado, ao secretário da Agricultura, para que agilizemos a titulação dessas terras, porque a agricultura familiar é a salvação deste País, produz 70% dos alimentos, mantém a família unificada, evita o êxodo rural e evita inclusive a violência que foi aqui condenada e abordada pelo nosso presidente, há poucos instantes, quando ele preocupado com a criminalidade urbana sobretudo, até aventa a possibilidade de penas duras como a prisão perpétua.

Mas esse é um debate que precisa ser feito com calma e a sociedade brasileira precisa debruçar-se de como efetivamente devemos punir os homicidas.

Então, Sr. Presidente, eram essas as nossas considerações.

Ficam aqui as nossas referências ao MST com o apoio do nosso mandato para que esse movimento continue ajudando a democratizar o Brasil e que as famílias tenham acesso à terra.

Muito obrigado pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Aderbal Fulco Caldas pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ADERBAL FULCO CALDAS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, eu ia tratar de outros assuntos, porém o tema que está posto em discussão

é o tema violência, que realmente é o que mais nos preocupa e nos infelicita. Quero dizer que a lei do Estado Brasileiro é generosa com o delinquente. E quem é generoso com o delinquente é injusto com a vítima.

Vejamos o seguinte: quando nós pensamos em colocar em prática alguma ação, um empreendimento, qualquer coisa, de qualquer natureza, avaliamos custo e benefício, Sr. Presidente. E realmente, no Brasil, analisando-se as circunstâncias de quem pratica o crime, quem não tem Deus, não tem zelo pelo nome, faz a opção pela delinquência.

O que V.Ex^a acabou de afirmar aqui, Sr. Presidente, foi que a pena máxima no Brasil é de 30 anos. O que equivale dizer, nobre deputada Maria Luiza Laudano, que o indivíduo que praticou um crime, passivo de pegar uma pena de 30 anos, pode colocar veneno na Caixa D'água da cidade a matar toda população que a sua pena não aumenta.

Nós precisamos educar, dar condições de vida, de moradia digna, de civilização, mas não podemos esperar por isso, todo tempo, sem conter os altos índices de violência que crescem assustadoramente. E posso afirmar que eles vão aumentar. Não há governo que dê jeito, porque o que inibe o crime, Sr. Presidente, não é a polícia, o que inibe o crime é lei.

O governador Wagner tem dito constantemente que se nós não delinqüirmos, não praticarmos um crime quando vemos um policial perto de nós, toda hora teremos a oportunidade de praticarmos o crime, porque não é sempre que há um policial perto de cada cidadão.

Portanto, posso afirmar, Sr. Presidente, que o bandido não conhece a voz do amor, ele só é contido pelo temor. Ser generoso com o bandido é a injustiça qualificada contra a vítima, não há dúvida disso. Já vi o presidente do IBGE afirmar que nunca encontrou qualquer ligação da pobreza com a violência. Se não vejamos, Sr. Presidente, o Estado mais pobre do Brasil é o Piauí, e é o menos violento do País. O Estado que tem o menor índice de desemprego é o Rio de Janeiro, e é um dos mais violentos. No Nordeste, o Estado privilegiado, que é a menina dos olhos do governo federal, é Pernambuco, o mais violento. Então, não há ligação.

Portanto, se o cidadão praticar um crime de homicídio, o maior crime, o crime contra a vida, a possibilidade de se chegar a autoria é de 5%. A possibilidade de punição é de 2.3%, dessas punições muitas são faz de conta. Então, o sujeito que tem a índole ruim, que tem a inclinação para o crime, se avaliar que o seu ato criminoso tem 95% de possibilidade de não dar em nada, ele vai optar pelo crime. E tenho certeza de que vamos importar bandidos dos países vizinhos. Já estão vindo assaltantes da América do Sul para praticarem crimes nos aeroportos de Guarulhos, Campinas e São Paulo, dada à brandura da pena em nosso País, o que é um estímulo, um convite à criminalidade.

Também concordo com V.Ex^a em relação à maioria penal. Como um cidadão de 17 anos, que já pretende adquirir licença para dirigir, que já pode praticar o maior gesto da cidadania, que é o de escolher os seus governantes através do voto, não pode ser responsabilizado pelos seus atos criminosos?

É preciso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, que tenhamos penas inibitivas. Quem pratica o crime não pode ser premiado, tem de ser realmente punido. E toda a nossa generosidade deve ser dirigida às vítimas, aos órfãos das vítimas dos delinquentes. A pena muito branda é um estímulo à criminalidade.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra a deputada Maria del Carmen.

Agradeço, deputado Aderbal, por V.Ex^a concordar em gênero, número e grau com as minhas posições. Tenho certeza de que são as mesmas da maior parte da população; não do Congresso.

A Sr^a MARIA DEL CARMEM:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, servidores desta Casa, taquígrafas, que estão conosco no cotidiano; nossa companheira Eliana, que está todos os dias aqui, ouvi atentamente as palavras dos dois deputados que me antecederam e também as do deputado Zé Raimundo. Creio que este é um debate que a sociedade brasileira tem de enfrentar.

Óbvio que nenhum de nós é a favor de penas brandas nem de aceitar crimes hediondos. Nenhum de nós pode imaginar que essa situação possa perdurar, mas devemos ter cuidado com a forma como a lei é aplicada neste País e para quem ela acaba sendo dirigida.

Se não tivermos cuidado e exigirmos pena de morte, redução da maioridade, com certeza aqueles que sofrerão, porque não terão como se defender nem como enfrentar uma ação efetiva do Estado, serão os pobres e os negros. Esta é a realidade do sistema penitenciário brasileiro. Quando visitamos qualquer penitenciária, observamos, de imediato, a cor e a origem daqueles que lá estão: a grande maioria é dessa parcela da população.

Portanto, acho que o Código Penal Brasileiro precisa realmente ser modificado e levado para o momento atual da sociedade. Mas considero que deve haver um grande debate nacional. E devemos lembrar que os países que têm pena de morte e prisão perpétua não reduziram a criminalidade; os crimes hediondos continuam acontecendo. As prisões americanas atestam isso. E lá boa parte dos estados tem pena de morte.

Mas ainda quero tratar de dois outros temas. Primeiro, a saúde, assunto abordado pela deputada Maria Luiza Laudano. Deputada, enquanto não aumentarmos os recursos para essa área, nós não teremos condições de prestar saúde adequada à nossa população.

Os recursos, hoje, destinados à saúde são insuficientes para enfrentar esse novo momento da saúde. É preciso, e necessário, que haja uma avaliação quanto ao déficit de profissionais de saúde em nosso País, pois são mais de 150 mil profissionais que precisam ser incorporados ao sistema, mas não conseguimos formar essa quantidade de profissionais anualmente. Além disso, dos profissionais que concluem os cursos,

que obtêm o diploma de médico, a grande maioria não quer ir para o interior.

Esse é um outro debate, uma outra discussão, principalmente quando esses médicos são oriundos de escolas públicas. Portanto, foi a sociedade que bancou o curso que permitiu que ele pudesse se preparar. Talvez esses médicos deversem ter um período para prestar serviços onde são mais necessários e imprescindíveis: em determinados municípios.

Se observarmos os salários que alguns municípios são obrigados a bancar para garantir que haja médicos, as dificuldades são imensas, não possibilitando que os municípios consigam tê-los. Não que os médicos não devam receber salários decentes, como é importante para todas as categorias, mas essa é uma categoria que tem como objetivo maior a preservação da vida. Portanto, o cuidado tem que ser muito maior. Então, vemos essa situação a cada dia no sistema público.

Antes de ontem, na Comissão de Saúde, dissemos que é imprescindível ter a saúde básica funcionando de forma adequada. O exemplo foi trazido pelas lideranças do Subúrbio Ferroviário de Salvador, que reclamaram da necessidade e da falta de atendimento no Hospital do Subúrbio.

O Hospital do Subúrbio é um hospital modelo, tanto é que o governo ganha mais um prêmio pela qualidade do hospital, pela forma de gestão do hospital. O governador irá receber mais um prêmio internacional por causa do hospital. Mas é óbvio que o objetivo desse hospital não é ser de emergência e urgência. É um hospital para casos de alta complexidade.

Se as UPAs não funcionam, se os PSFs não funcionam e cada vez que tiver uma gripe, uma dor de garganta ou uma unha encravada eu me dirigir a um hospital de alta complexidade impedirei que um problema muito mais grave seja atendido nesse hospital.

E o que vemos em Salvador, infelizmente, ainda são os PSFs sem funcionar, a saúde básica sem funcionar. Salvador tem a menor cobertura de saúde da família de todas as capitais brasileiras, não chegando a 15% de cobertura, deputada Maria Luiza Laudano.

Enquanto não conseguirmos dar esse salto, não conseguiremos ter a saúde de Salvador melhorada.

Também isso traz problemas até para os pacientes do interior do Estado, que têm necessidade de serem melhor atendidos.

E uma observação que precisamos fazer no dia de hoje é que já completou o prazo de 100 dias do prefeito ACM Neto. Ele se comprometeu com muitas transformações para a Cidade de Salvador nos primeiros 100 dias, mas ainda não estamos vendo essas mudanças.

A partir de agora, iremos acompanhar *pari passu* os compromissos assumidos durante a campanha para esses primeiros 100 dias e a falta de compromisso no cumprimento das promessas realizadas.

Vamos cobrar desta tribuna, deputado Adolfo Menezes, todos os compromissos assumidos. O único implantado foi a meia-passagem aos domingos, apenas para quem paga em dinheiro. O trabalhador que paga com o cartão não tem direito à meia-

passagem. É um absurdo que não se possa ter direito aos domingos, como ocorre durante a semana, de utilizar o seu cartão, já que ele é trabalhador. Essa não foi a promessa, a promessa foi de que haveria meia-passagem aos domingos para todos, e isso não está acontecendo.

Estaremos cobrando desta tribuna. Não fazemos oposição de forma irresponsável e inconsequente. Queremos uma cidade melhor para todos nós. É a capital do Estado, é a referência para o Brasil, é a cidade mãe do Brasil, mas não podemos permitir que promessas que foram realizadas, a perspectiva de que não precisava de ninguém, não precisava do governo do Estado, não precisava da União para administrar esta cidade, está demonstrando na prática que se não tiver o apoio, se não tiver articulação com o governo do Estado e com o governo federal, infelizmente só com recursos do município é impossível mudar, transformar e fazer Salvador, efetivamente, voltar aos trilhos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes. .

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, eu queria falar um pouco aqui sobre a questão da PEC dos jornalistas, para a qual foi nomeado relator o nosso camarada Daniel Almeida, que torna obrigatório o diploma de jornalista para o exercício da profissão. O relator, deputado Daniel Almeida, já se posicionou favoravelmente, está fazendo seu relatório e, sem dúvida nenhuma, teremos essa grande vitória.

Eu não poderia, Sr. Presidente, deixar de abordar o tema que foi aqui refletido por alguns deputados, inclusive por V.Ex^a, que está aí na presidência, sobre a questão da criminalidade, do aumento da violência e da questão da pena de morte. A primeira questão que eu gostaria de registrar é a de que o cidadão, a criança, não nasce marginal. Nenhuma criança nasce assaltante, marginal, criminoso perigoso. Nenhuma. Nenhuma criança nasce criminosa nem perigosa, como procuram colocar aí. Claro, existe um ou outro caso de patologia, mas, em condições normais, as pessoas nascem seres humanos, e, no decorrer do tempo, vão assimilando a realidade objetiva e, evidentemente, direcionam-se para uma ou outra situação a depender da realidade concreta, objetiva.

Assim, acho que é um grande erro falar-se aqui em pena de morte. Pena de morte não é, não foi e nem será a solução para a redução da criminalidade, seja na Bahia, seja no Brasil, seja no mundo. Em primeiro lugar, se a pena de morte fosse aplicada corretamente, ter-se-ia praticamente a extinção da humanidade. Por exemplo: o empresário que mandou matar Paulo Colombiano, sindicalista sério, honesto, e sua esposa inocente, naturalmente seria um dos que seriam executados. Então, se fossem pegar todos aqueles que provocam morte, que são responsáveis pela morte dos pobres, dos necessitados, que são responsáveis pela miséria, pela pobreza no nosso País, teríamos quase que a extinção da humanidade, se fôssemos utilizar esse raciocínio. Portanto, não acho que seja dessa forma que se resolve o problema da

violência no nosso País.

Vamos para a questão da argumentação de que a pena de morte inibe a criminalidade. Não é verdade. Em 36 Estados norte-americanos onde há a pena de morte, a criminalidade é maior do que os catorze estados que não a adotam. Então, nos 36 Estados norte-americanos que têm pena de morte, a criminalidade é maior do que nos 14 que não têm pena de morte. Portanto, esse argumento de que a pena de morte inibe a criminalidade não é verdadeiro.

Questão do custo. Por exemplo, na Califórnia, que tem a pena de morte, calcula-se que se gastam 137 milhões de dólares ao ano. Porque lá há pena de morte. Se não fosse isso, gastar-se-iam 11 milhões. Portanto, dizer que se reduz o custo matando as pessoas também não é verdade.

Terceira questão: a Anistia Internacional calcula que desde 1973 foram 138 condenados à morte que foram posteriormente absolvidos, ou seja, comprovadamente inocentes. Se essas pessoas tivessem sido executadas, seria um erro irreparável, como foi e vem sendo em algumas situações.

Portanto, essas questões da criminalidade e pena de morte, nobre presidente, queria informar a V.Ex^a que são um assunto extremamente complexo que envolve vários fatores. Mas, entre eles, um dos mais importantes é o da redução das desigualdades sociais. Aqui há uma confusão muito grande. Depois, quando eu tiver 25 minutos no Grande Expediente, posso explicar melhor. Realmente a confusão é muito grande quando falamos em redução das desigualdades sociais.

Aí, vem um discurso que diz assim: “Ah! Mas o pobre não é responsável pela violência.” Ninguém está dizendo que o pobre é responsável pela violência! Nós estamos dizendo que o pobre é a principal vítima da violência, pois são assassinados diária e cotidianamente principalmente os negros, excluídos, jovens e necessitados! Portanto, não venha com esse discurso de que estamos dizendo que a pobreza é responsável pela violência, que os pobres são responsáveis pela violência! Os pobres são vítimas da violência, as principais vítimas da violência!

Entenda o nosso discurso, o que defendemos e os nossos princípios. Quando tiver aqui o tempo de 25 minutos, farei um pronunciamento mais aprofundado sobre o tema.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pois não, deputado Álvaro Gomes. Vamos continuar até a população do Brasil ter condições financeiras, todo mundo. Então continuaremos como está, matando todo dia jovens, porque V.Ex^a e outros são contra, até todo mundo ter condição. Não sei em que século o Brasil vai chegar a essa posição. Deixe o pau comer!

Com a palavra o deputado Paulo Azi.

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, deputado Adolfo Menezes, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, hoje, dia 11 de abril, me faz lembrar do movimento grevista dos professores da rede estadual de educação, que completa exatamente um ano do seu início. O movimento reivindicava basicamente, Sr. Presidente, forçar o governo a

cumprir a lei do piso salarial, que determinava um reajuste da ordem de 22.22%, referendada, reforçada por um acordo assinado à época pelos representantes do sindicato, da APLB e por membros do governo do Estado.

O movimento iniciou. Eu tive oportunidade de acompanhar muito de perto os primeiros passos daquela movimentação. Pude perceber, Sr. Presidente, desde o início, que o governo – não sei se mal informado, não sei se mal orientado e sem ter tido a devida consciência do grau de insatisfação que reinava na categoria – fez uma opção clara pelo enfrentamento, relembrando, desde o início daquele movimento.

Imediatamente, o governo foi ao Poder Judiciário, judicializando o processo, pedindo a ilegalidade da greve e, ao mesmo tempo, encaminha a esta Casa um projeto de lei que, ao invés de conceder e de servir como base de negociação, retirava direitos consagrados inclusive da nossa constituição.

Aliás, ainda hoje, Sr. Presidente, dorme em uma gaveta de uma desembargadora do Tribunal de Justiça, a nossa Ação Direta de Inconstitucionalidade que questiona pontos daquela lei, especificamente aquele que transformou salários em subsídios, prejudicando uma enorme fatia de professores não licenciados – mais de seis mil professores – que, já este ano, deputado Carlos Geilson, não terão direito, por exemplo, ao anuênio, um direito previsto na constituição.

É inadmissível que um processo como este, já totalmente instruído, um processo onde todas as partes já falaram, inclusive o Ministério Público do Estado da Bahia, continua aguardando a boa vontade de S.Ex^a, a desembargadora relatora deste processo, para submetê-lo ao plenário daquele tribunal. A Oposição, inclusive, está solicitando uma audiência para, pessoalmente, ir ao tribunal e cobrar daquele poder agilidade, porque já se passam quase 11 meses que a Oposição ingressou com aquele mandado de segurança.

Recordo-me que à medida em que o movimento grevista se expandia, o governo radicalizava nas suas atitudes. Coisas, antes inimagináveis, começaram a ocorrer por parte de um governo que se diz, até hoje, democrático e republicano. E quanto à tentativa de estrangular aquele movimento, o governo determinou o corte dos salários, o corte do plano de saúde, o corte do acesso ao Credi Cesta.

Tornava-se, ali, clara a estratégia do governo de tentar sufocar o movimento, pressionando os professores naquilo que lhe é e lhe há de mais sagrado: o seu salário para sustentar a si e a sua família e a proteção que ele tem e o direito que ele tem ao acesso à saúde.

Várias vezes assomei à tribuna para dizer que aquela era uma estratégia errada, que aquela era uma estratégia, deputado Zé Neto, que, ao invés de buscar o final da greve, apenas a fortalecia. Aquilo era um combustível que fazia com que os professores, mesmo já cansados e debilitados, encontrassem força para seguir adiante.

Foram 115 dias de greve! Foram 115 dias que mexeram com toda a população do nosso Estado. O governo lutava para ter a opinião pública ao seu lado, gastava rios de dinheiro na propaganda oficial numa tentativa baixa de colocar a população contra os professores, mas, por mais que o governo adotasse essa postura, a população, cada vez mais, se colocava ao lado dos professores; os pais, cada vez mais, se colocavam

ao lado dos professores; os alunos, cada vez mais, se colocavam ao lado dos professores...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Caro deputado Paulo Azi, o tempo de V. Ex^a já encerrou. Estamos no Pequeno Expediente, não no Grande Expediente.

O Sr. PAULO AZI:- Por isso mesmo, o movimento seguia em frente, chegando a essa marca histórica, deputado Zé Neto, que colocou no governo de V. Ex^a a marca de ser aquele que patrocinou a maior greve da história da educação em todo o Brasil. Está lá marcado nos anais deste governo. Essa marca é para sempre! O pior, Sr. Presidente, é que nenhum governo pode se deixar subestimar pelo fato de ter tido uma greve. A greve é natural, todos os governos têm, mas a marca que fica é que foram 115 dias de greve fruto da intolerância, da incapacidade e do caminho do enfrentamento que o governo optou. A greve acabou sem negociação, sem solução. Acabou por absoluta falta de condições financeiras, psicológicas e físicas dos professores em continuar com aquele movimento.

Aí eu digo, Sr. Presidente, que um ano depois, se formos avaliar a situação atual, verificamos que continua existindo um enorme fosso entre essa importante categoria e o governo do Estado. Os professores, muitos deles, não reconhecem mais no sindicato o seu legítimo representante.

Vejam V.Ex^{as}, deputado Adolfo Menezes, já estou concluindo, que nós estamos a 101 dias, deputado Carlos Geilson, do novo ano e o governo, até esta data, não encaminhou a esta Casa a proposta de reajuste salarial nem disse uma palavra, sequer, sobre cumprir ou não este ano com aquilo determinado com o governo federal em relação ao reajuste do salário dos professores.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Paulo Azi, para concluir.

O Sr. PAULO AZI:- Este ano, deputado Zé Neto, está mais fácil, o reajuste da lei do piso este ano é de apenas 7.97%, está muito perto da reposição salarial de 5.84%. Não é possível que esse governo, que fechou o ano com R\$ 400 milhões de recursos do Fundeb, desviados para cobrir o rombo das suas despesas correntes, não é possível que este ano este governo não tenha o mínimo de sensibilidade e não cumpra aquilo que determina a lei do piso.

Quero dizer, Sr. Presidente, para concluir, que por isso mesmo as feridas estão ainda abertas. Creio que já passou da hora de o governo, de o governador, que agora parece estar preocupado com as eleições do próximo ano, que aparece sempre sentado à mesa da Governadoria recebendo dirigentes sindicais, avançar nesse processo, que não fique apenas preocupado com a foto que vai sair nos meios de comunicação, que, efetivamente, vá buscar o entendimento, o diálogo, a negociação para possibilitar, nobre presidente, o mínimo de convivência, de diálogo com essa importante categoria.

Tive a oportunidade de, durante todo aquele período, deputada Luiza Maia, conhecer muitos professores, vi de perto seu sofrimento, sua angústia, desilusões, e tenho a alegria de dizer que muitos deles que conheci naquele movimento são hoje pessoas que tenho a satisfação de ter como meus amigos.

Quero, para concluir, deputado Zé Raimundo, dizer que aquele movimento só

fez criar em mim, aumentar em mim a convicção, a certeza de que este País só será um País verdadeiramente democrático e socialmente justo quando, de uma vez por todas, colocar a educação como sua prioridade máxima, prioridade número um.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Paulo, já fui tolerante até demais com V.Ex^a.

O Sr. PAULO AZI:- Para concluir, Sr. Presidente.

E não existe prioridade em educação, não existe valorização da educação sem a valorização dos professores, que é a principal peça da engrenagem daquilo que deve ser e ainda um dia será o carro-chefe do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Zé Neto.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, falar em educação, fundamentalmente, é falar em investimentos. E falar em investimentos é lembrar da nossa história de governo nos últimos seis anos. Nós temos convicção de que a caminhada ainda é longa, de que a educação no Estado, como no País, terá ainda muito percurso a ser cumprido, mas não podemos achar que discursos fáceis, esquecidos, desmemoriados, fragilizados pela falta de conteúdo feitos pela Oposição possam tirar os méritos positivos, redundante falar méritos positivos, positivos porque toca além da forma e chega ao conteúdo da educação.

Então, seria, de nossa parte, extremamente fácil fazer a defesa, agora, como estou a fazer, da diferença que existe entre os dois governos, do caminho que nós percorremos e do caminho que a Oposição, no passado, construiu. O caminho da Oposição de total desrespeito a qualquer que fosse o movimento social realizado neste Estado e no País quando governavam.

Se disserem que o movimento grevista do ano passado, dos professores, era o que nós queríamos – claro que não. Se disser, a Oposição, que aquele movimento contra o nosso governo tinha um quê de passional, vou dizer que tinha, porque fomos nós, deputada Maria del Carmen, que construímos o caminho desta luta junto com os professores para chegarmos, como chegamos, ao salário-base nacional. Foi no governo Lula, com o nosso apoio, que aprovamos o salário-base nacional e fomos nós que aqui neste Estado firmamos compromisso com o plano de carreira que hoje estamos a cumprir. Dos 32 mil professores que estão neste momento em sala de aula, que estão neste momento no exercício de suas funções na educação e os funcionários da educação de hoje têm o plano de carreira funcionando, desses 32 mil professores mais de 18 mil já estão incluídos no plano de carreira com ganhos razoáveis.

Deputado Paulo Azi, V.Ex^a esqueceu que nos 08 anos do seu governo foram apenas 6.4% de reajuste real acima da inflação. No nosso governo, em 06 anos, alcançamos 54,6. Oito vezes mais do que o que foi dado em 08 anos por V.Ex^a e seu governo. No seu governo, nós encontramos 2 milhões e 200 mil baianos frutos do total desrespeito à cidadania baiana, 2 milhões e 200 mil baianos sem ler e sem escrever. Hoje já tiramos, com o TOPA, mais de um milhão dessa escuridão. E não só

isso, quando fomos para dentro das salas de aulas encontramos senhoras, senhores que não enxergavam o quadro-negro. Sabe o que fizemos? Fizemos o Saúde em Movimento, que já atendeu a mais de 180 mil baianos e que agora podemos dizer que mais de 80 mil intervenções só de catarata.

Vejam a diferença, V.Ex^{as} até reclamam, hoje, que está parado, porque viram a dimensão do programa. O programa não está parado, tem alguns meses porque você tem que recapitular para reorganizar o movimento do programa e continuar como fizemos. O ano passado não foi todo o ano, foram períodos, e nós estamos voltando com o Saúde em Movimento, andando com o Saúde em Movimento e vamos continuar com o Saúde em Movimento.

V.Ex^a esqueceu, mas esqueceu mesmo, porque aqui, no mês de novembro de 2009 e 2011, fizemos um acordo que V.Ex^a aprovou para 2013 e 2014. Um ganho real de 7% acima da inflação, porque, naquele momento, o INPC era a pedra de toque do reajuste do piso nacional. E aí V.Ex^a, claro, fez o que alguns fizeram – esqueceram do acordo que assinaram, não o acordo que foi feito antes da lei, mas esqueceram do acordo que celebraram, do acordo legal também, porque o outro é legal. Mas a lei também é um acordo, porque na medida em que o sindicato vem para cá, na medida em que a Oposição vota conosco, na medida em que o relator daquela lei, que previa, para 2 anos, 7% de aumento real acima da inflação, aí V.Ex^{as} também estavam fazendo um acordo conosco. Mas não o cumpriram.

E digo mais, enquanto no Brasil o piso nacional era de R\$ 1.440,00, o nosso era de R\$ 1.650,00. Não se falava em piso nacional porque a Bahia já o cumpria. O que se falava era de um reajuste que, antes, era baseado no INPC. Em novembro, quando votamos por unanimidade essa lei, sendo relator o deputado Bruno Reis, todos pensavam, até porque já havia chegado à Comissão de Finanças do Congresso, que a norma seria de reajustamento do salário-base apenas pela inflação.

Em novembro, isso foi assinado nesta Casa, foi homologado por nós, e V.Ex^{as} votaram a política salarial de 2 anos. Normativamente a lei estava lá aprovada. E digo mais, é um processo da democracia que vamos ter de respeitar.

Em fevereiro, por causa de um pedido feito por uma deputada do nosso partido... E aí, temos que convir, é a democracia que nós pregamos, não é como no passado de V.Ex^a, quando havia perseguição, professor não existia, Líder do governo nunca atendia sindicato. Hoje, V.Ex^{as} vão lá acanhados, porque nunca levantaram uma bandeira, nunca distribuíram um panfleto, nunca participaram de nenhuma luta social, nunca participaram de lutas em busca da transformação deste País. V.Ex^{as} viveram sob a égide do golpe militar.

Alguns avançaram daquele tempo para cá, entendendo que o Brasil precisava de novos movimentos. Alguns entenderam que o Brasil precisava consolidar a democracia e vieram para o nosso lado. E agora estão construindo com Dilma e Lula o Brasil dos brasileiros; não o Brasil dos Estados Unidos, não o Brasil dos europeus, não o Brasil de Thatcher.

E ainda digo a V.Ex^a, quando em fevereiro aumentou-se de 6 para 22%, infelizmente, tínhamos uma norma aprovada nesta Casa, mas esqueceram dessa

norma. A lei federal tratava apenas do reajuste do piso nacional, e nós já pagávamos R\$ 1.650,00, ou seja, 14,40% acima do piso nacional. Enfim, não era o piso nacional a pedra de toque daquela greve, nunca foi.

Não temos outra coisa a dizer senão afirmar que vamos cumprir a lei que aprovamos nesta Casa. Vamos cumprir a nossa política salarial, deputado Adolfo Menezes. Vamos cumprir, deputado Aderbal, como estamos cumprindo. As negociações com as categorias estão andando.

E V.Ex^a tenha certeza de que...

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Para concluir, deputado.

O Sr. ZÉ NETO:- Para concluir.

(...) na história dos funcionários públicos deste Estado... Desafio V.Ex^a, está aqui feito o desafio, traga uma categoria que nos 16 anos dos seus governos tenha tido mais reajuste real do que temos dado em 6 anos.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Para concluir, deputado Zé Neto.

O Sr. ZÉ NETO:- Está feito o desafio para que V.Ex^a traga algum momento dos seus governos passados em que a democracia, o respeito ao cidadão baiano e ao funcionário público tenha sido igual ao que vivemos hoje.

E não desafio V.Ex^a somente nisso, não, mas também em relação às estradas, à água, ao TOPA...

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Para concluir, deputado Zé Neto, por gentileza.

O Sr. ZÉ NETO:- (...) Desafio que comparemos o que foi feito na Saúde, área em que ampliamos em 150% o número de UTIs...

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Para concluir, deputado, por gentileza.

O Sr. ZÉ NETO:- V.Ex^a se prepare porque nós vamos fazer comparativos...

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- A sua saúde é muito importante, deputado. Não se exalte tanto.

O Sr. ZÉ NETO:- Só encerrando, Excelência, agradeço pela compreensão.

Desafio a mostrar algum governo que V.Ex^a fez parte que tenha feito mais investimentos.

Só para encerrar. Já que falaram de violência, vou lembrar que encontramos os delegados praticamente com o penúltimo salário do País. Hoje, V.Ex^a vai encontrar os delegados baianos entre os 10 melhores salários do Brasil.

Temos que agradecer a Deus, à democracia e ao povo baiano, porque encontramos só 320 e poucos carros de polícia funcionando. Antes. era tudo sucateado. Hoje, já temos mais de 8 mil comprados ou alugados. E quadruplicamos o número de motos. As motos também fazem parte da nossa caminhada.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Para concluir, deputado, por gentileza.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr^a Presidente, agradeço pela compreensão.

Digo a V.Ex^as que vamos ter tempo, sim, para fazer os comparativos. Agora,

conversa fiada não enche barriga de ninguém, e vamos fazer a disputa em cima do que realizamos e do que V.Ex^as realizaram.

Aliás, lembrem que Feira de Santana e Salvador até agora não disseram nada sobre reajuste.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Deputado Zé Neto, seu tempo está encerrado.

O Sr. ZÉ NETO:- Espero que V.Ex^a caminhe para fazer com que Feira de Santana e Salvador deem o exemplo, porque, até agora, são 100 dias com muito pouco.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Aderbal Fulco Caldas:- Questão de ordem, Sr^a Presidenta.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Questão de ordem do deputado Aderbal Caldas.

O Sr. Aderbal Fulco Caldas:- Sr^a Presidenta, como todo tempo seria pouco para dar fim à eloquência dos oradores, que no dia de hoje estão inspirados e se voltarem à tribuna o tempo da manhã e o da tarde serão pouco, e como os nossos afazeres não são apenas em Plenário, mas temos outros assuntos a tratar, peregrinando pelas secretarias para reivindicar...

A atuação do deputado não acontece apenas em Plenário, mas também, como procurador das comunidades, precisa fazer chegar até elas obras e serviços que venham a revitalizar a economia e melhorar a vida das pessoas.

Portanto, como precisamos dispor de tempo, solicito a V.Ex^a que proceda a uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- V.Ex^a será atendido.

Há em Plenário apenas 12 Srs. Deputados. Por isso, dou como encerrada a presente sessão, pois não há número suficiente para sua continuidade.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*